

histórias da saúde

ESTUDOS DO SÉCULO

XX

número 12 • 2012



Jornais Republicanos. 1848-1926.
Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal,
2011.

No âmbito do centenário da República e da Constituição de 1911 e com o patrocínio da Assembleia da República, a BN editou, na sua colecção de Bibliografias|Inventários, um catálogo exemplar das publicações periódicas portuguesas de inspiração republicana que Manuela Rêgo vinha preparando há alguns anos com o escrúpulo e minúcia que se lhe reconhecem.

Nas palavras da nota explicativa, o trabalho regista os títulos (e anexa as respectivas referências com maior ou menor relevância, incluindo directores a redactores e colaboradores) dos «jornais, revistas e almanaques *estritamente* republicanos, entre os anos de 1848 e 1926», quer dizer todas as publicações com ou sem periodicidade, de venda avulsa, situadas no campo do republicanismo histórico e rigorosamente político, portanto excluídos os «jornais da classe operária e trabalhadora, jornais anarcossindicalistas, socialistas ou comunistas [...], mesmo que pudessem ser considerados de cariz republicano.»

Instrumento precioso numa hermenêutica rigorosa de futuras pesquisas, este inventário dos jornais republicanos portugueses revela-se trabalho sistemático que compulsa a malha de publicações deste campo político preciso: desde o aparecimento das primeiras folhas clandestinas que se seguem à Convenção de Gramido (1947), o ideário republicano desponta com o termo das soluções plebeias no liberalismo português (com *A República*, *A Alvorada* ou *O Republicano*, em 1848) e vai prosseguir os ideais democráticos, pontilhando o território nacional de publicações mais ou menos efémeras, mais ou menos esclarecidas e ativas que

sustentaram uma alternativa republicana ao liberalismo de modelo monárquico. Com a aceleração da crise deste modelo no último quartel do século XIX e, sobretudo, na transição do século, os jornais republicanos não apenas recrudesceram, incorporando figuras de relevo das elites intelectuais, como ocuparam um lugar de vanguarda numa imprensa industrial e num jornalismo moderno que marcaram a entrada de Portugal na era mediática.

Luis Augusto Costa Dias
Investigador Colaborador do CEIS20

LOURENÇO, Eduardo – *Heterodoxias*, vol. I das *Obras Completas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011. 555 p. ISBN 978-972-51-1390-7.

O pequeno universo editorial enriqueceu-se, em dezembro de 2011, com o buraco negro da nossa inquietação. Sensatamente vai caminho por este rio acima, Labirinto sem Minotauro: iniciadas as *Obras Completas* pelo volume que agrega as duas célebres *Heterodoxias* (I, 1949 e II, 1967) do influente e mais profundo pensador contemporâneo em língua portuguesa, a virtude editorial reside outrossim na revelação de inéditos ou textos *ocasionais* ao tempo dessas heterodoxias e de outros que, sob indicação expressa e consulta do autor, aglutinam agora *Heterodoxia III* (2010). Ao enunciar que “não tenho para mim nenhum passado, senão na ordem sentimental”, Eduardo Lourenço [EL] subvaloriza assim a própria iniciativa (p. 387) na edição do plano sempre reescrito e possibilitado agora com rigor gráfico e critério editorial coordenado por João

Tiago Pedroso de Lima (autor da tese *Existência e Filosofia. O ensaísmo de EL*, editada com o patrocínio do Centro de Estudos Ibéricos – Iberografias, 2008) e Carlos Mendes de Sousa, sob chancela da Fundação Calouste Gulbenkian, início da revelação dos vastos pinos da montanha que só se desvenda na visível concretude a quem às suas escarpas se acercar.

Tarefa reforçada, ou articulada, num projeto que se prolongará nas próximas décadas, pelo tratamento bibliológico e edição do espólio de EL à guarda da Biblioteca Nacional a cargo de João Nuno Alçada, e que começa a disponibilizar vasto material para a investigação especializada editar tematicamente, já em curso como se noticiou no *Jornal de Letras* (n.º 1076, 28-XII-2011 a 10-I-2012), desde Barbara Aniello (*O Tempo da Música. A Música do Tempo*) a Fr. Bento Domingues (*Crença e Descrença*), Gilda Santos (sobre Jorge de Sena), Roberto Vecchi e Margarida Calafate (colonialismo e salazarismo), entre a correspondência, alguma já conhecida, e os célebres diários que se começaram a desvendar. Quer dizer: o mais pessoano dos intelectuais portugueses, à maneira do mestre, lega espólio imenso para estudo e reflexão. Mas ao contrário de Pessoa, que deixou a difícil arca da decifração, é o hermeneuta de Caieiro, da raiz camponesa e especulativa das fragas beiroas de São Pedro de Rio Seco, quem guia os caminhos da decifração através de uma vida intensa de labor e medi(t)ação pública.

Surpreendem, pois é sempre provável o esforço teórico de EL surpreender, textos olvidados do tempo das primeiras heterodoxias, da *Vértice* (1946) por exemplo, sobre a inviabilidade de uma «filosofia portuguesa», em catilinária contra todos aqueles que, com Álvaro Ribeiro, pensam a “Filosofia como qualquer coisa que se aprende ou transmite tal e qual como a téc-

nica de fazer o melhor parafuso” e adoptam um sistema filosófico “como quem diz usar uma certa marca de camisas ou água de Colónia” (p. 130); e em *Bicórnio* (1952), impugnando a visão hermética, autotélica ou finalista da «cultura portuguesa», mas nessa dialogia que ela suscita, a recitação de uma realidade cultural que mesmo sob perspectivas contraditórias ou divergentes “nos pertence” (pp. 160-161).

Este sentido de pertença (não se omita o epigrama para a melhor revista que EL moveu, *Raiz & Utopia*) contra a ilusão abstrata da Filosofia e paralaxes legalistas da universalidade, como se a língua não fosse a Casa – mas contra essoutra e estranha tese isolacionista que fez escola em meio século de ditaduras e de ditadores que exultavam o ditador – singularizam a atitude de EL; que reconhece, num texto a vários títulos decisivo («Joaquim de Carvalho e a ideia de uma Filosofia Portuguesa», 1992), contra a burocracia especulativa, formalismo e dogmatismo filosóficos, mais nocivos hoje para um pensamento livre do que ingénuas sombras das crenças dogmáticas, que o mestre coimbrão “o foi não por ter tomado como objeto de predileção a realidade empírica da filosofia e cultura portuguesas, mas por nos ter mostrado que uma e outra se fundem e existem como expressões do universal concreto, pátrias do espírito, pátrias celestes para além da sua terrena e saborosa existência”. E sobre Carvalho prossegue EL, “Ensinando-me isto ensinou-me tudo e para sempre me preservou das miragens narcísicas do culto do particular separado do universal. De todas as suas magistrais lições de filosofia este seu antigo e não muito fiel discípulo, é a única que não esquecerá” (p. 429).

Sob a perspectiva do ensaísmo, tão útil à historiografia e historiologia da cultura e aos estudos culturais nas suas possíveis e quase improváveis articulações, sem o qual

em rigor estes não se podem articular, EL acentuou entre nós, de modo pioneiro, o carácter descontínuo das produções culturais, ao arripio de narrativas continuístas e descrições apocalípticas. Reformular na sua historicidade, como já em 1966 o autor propunha, a “corrosão essencial e íntima” destes escritos num *horizonte trágico* da História da Cultura relevantes do “*pathos* polémico e angustiado” de quem se sentia condenado a uma morte histórica, e cósmica, sem ser ouvido (pp. 213-215), configura assim a mais aliciante tarefa epistemológica. É certo que desde então, de há meio século (da crise de maio de 68 aos genocídios eslavos da década de 90, do 25 de abril à construção precária de uma Europa fragilizada, sabemos-lo hoje), o antigo Reino das ortodoxias e seus altos muros das verdades insofismáveis cedeu e abriu brecha ao relativismo circundante; mas é mister que a crítica e os especialistas da área não caiam hoje na fácil e dominante tentação hermenêutica de converter a heterodoxia em ortodoxia, como no uso dos poderes e das suas influências públicas muitos tratam privadamente de fazer. A pior homenagem que se pode fazer a Lourenço é, por isso, lê-lo sem o crivo crítico bem desperto; e transformar em último evangelho o que é relatório de bordo sobre a precariedade dos dias e eternizar o que é existência e historicidade, fissura do tempo que a consciência inaugura e onde se debate. E sobretudo não atender ao subtil atravessamento irónico, «transcendental» à maneira martiniana e anteriana, escreveu Fernando Catroga («O sempre *sfumato* rosto do tempo», *JL*, cit., 27), que também em EL “interdita a univocidade da receção”.

Não se errará ao afirmar que nas próximas decúrias estas *Obras Completas* estarão reservadas a útil instrumento de estudo, reflexão e consulta. Aos seus

organizadores seria irrazoável sugerir a indexação ideográfica, dada a errância ensaística e a cursiva dialética do autor, em Casa de estatura (e estrutura) invulgar. De louvar, pois, o apêndice bibliográfico sobre a origem e percurso dos textos incluídos, o que contribui para fixar a perspectiva textual da sua historicidade. Sugere-se todavia, de futuro, a inclusão dos preciosos índices onomástico e toponímico, da maior utilidade para estudiosos e leitores do que é a primeira fixação do *corpus* da obra de EL. Estudo e reflexão que, contra a preia-mar de elogios e prémios que justamente o autor merece, deixa na vazante um rasto de materiais teóricos que possibilitarão a dialogia e crítica que ao longo da sua vida e obra o consagrado filósofo e ensaísta explora na apreensão imagológica do *mixon*, no termo de Platão, do ser e do não-ser que estruturam a cultura portuguesa, como qualquer mediação histórica do universal, à maneira herderiana, nos seus mitos e suas ilusões. E sobre ilusões e paradigmas éticos, ou a sua transmutação, a infinita seriedade com que F. Pessoa e F. Nietzsche viveram a *morte de Deus*, leia-se, para não a reproduzir aqui, a excepcional exegese sobre o luto de Deus, «À sombra de Nietzsche» (p. 521-526), demonstração já publicada (Gradiva, 2007) da inequívoca *sagesse* de um filósofo que na maturidade se funde com o visível e o invisível dos dias que lhe dão a vida.

Mas se o papel investido fisicamente na empresa do grosso volume contribuiu um pouco mais para o *aquecimento global*, é de longe superado pelo testemunho único contra o *esquecimento global*: o que a autenticidade da obra de Lourenço exige, dada a singular relevância e profundidade, é que se estude e se debata; e não precisões acrílicas de ações de graças, e outras manifestações rituais, a um homem que viveu para pensar e vive em função do

seu pensamento.

Paulo Archer de Carvalho
Investigador Integrado do CEIS20 /
Bolseiro de Pós-Doutoramento da FCT

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares
(coord.) - *Portugal-Europa. 25 anos
de adesão*. Coimbra: Almedina, 2011.
(Estudos sobre a Europa, 10). 112 p.
ISBN 978-972-40-4571-9.

Maria Manuela Tavares Ribeiro, numa iniciativa que nunca será por demais louvar, deu início à coordenação/publicação da Coleção *Estudos sobre a Europa* (editada pela Almedina), que conta, já, com dez volumes de reconhecido interesse para os académicos, os políticos e para os que se dedicam ao estudo e reflexão dos assuntos internacionais, muito particularmente, dos assuntos comunitários.

De referir, ainda, que esta Coleção materializa uma pertinente análise sobre a Europa, de base histórica, mas sempre com um carácter multi e pluridisciplinar, concorrendo, deste modo, para o desenvolvimento do espírito crítico e incentiva ao debate sobre temas europeus.

O volume *Portugal-Europa. 25 anos de adesão* é o resultado de um conjunto de reflexões apresentadas no decurso de um colóquio sobre a mesma temática, organizado em 2009, pelo Grupo de Investigação *Portugal, Europa e o Mundo* do CEIS20 e que contou com o apoio do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, do Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu e da Representação da Comissão Europeia

em Portugal.

Este Encontro Científico integrou a participação de vários especialistas e este livro pretende contribuir para um mais profundo conhecimento do processo de integração europeia de Portugal um tema que, volvido um quarto de século sobre a nossa adesão ao projecto comunitário, continua a revestir-se de toda a pertinência e actualidade.

No que respeita ao conteúdo, o presente volume coloca, uma vez mais, um desafio provocador que vem incentivar um diálogo interdisciplinar e crítico, com inovação e estímulo. Releve-se o debate sobre os principais desafios com que Portugal hoje se confronta na Europa e no Mundo com o intuito de levantar novas questões e pistas de reflexão. Ao longo dos seis textos de especialistas oriundos de diferentes áreas do saber (História, Filosofia Política, Ciência Política, Relações Internacionais, Economia) são colocadas, com particular actualidade, questões como: negociação, construção europeia, integração europeia, integração económica, social e política de Portugal, política externa portuguesa, Política Europeia de Segurança e Defesa, Política Comum de Segurança e Defesa, NATO, autonomia, liberdade, Europa das Regiões, proporcionalidade, subsidiariedade, relações transatlânticas, euromundismo e americanismo. Trata-se de temas sempre actuais e oportunos, num momento em que a União Europeia, em geral, e Portugal, em particular, repensam o seu destino e se preparam para os desafios do “Novo Século”.

Neste contexto, não será demais analisar e referir os aspectos mais relevantes dos artigos publicados neste número.

José Medeiros Ferreira, no seu artigo intitulado “Metamorfoses e Negociação na União Europeia”, analisa com um olhar retrospectivo, ao mesmo tempo que pros-